

Editorial

A Assembléia Legislativa de Minas Gerais tem a honra de trazer a público a edição número sete dos Cadernos da Escola do Legislativo. Garante-se, assim, continuidade ao proveitoso diálogo entre o Parlamento e o segmento acadêmico, consubstanciado, uma vez mais, em valiosa e inédita contribuição ao pensamento, no âmbito da ciência política, do direito, da filosofia, da lingüística, da sociologia, da história, enfim, das humanidades como um todo — matéria-prima conceitual com que opera o Poder Legislativo.

Estamos convencidos de que a integração dos discursos político e acadêmico constitui ferramenta indispensável à luta pela transformação das estruturas sociais de nosso País. E é por essa razão que a Assembléia se tem convertido em palco permanente de debate ideológico e produção de conhecimento, assumindo como seu um encargo que refoge ao domínio de suas funções tradicionais.

Sem descurar dessas atribuições, que constituem o principal fundamento ontológico desta Casa, temos agido acreditando que só se pode falar em leis justas e eficazes quando respaldadas em uma mentalidade cívica bem estruturada.

Creemos que de nada adianta enveredar por um emaranhado normativo, mediante produção irrefletida e incessante de leis e resoluções, se não formos capazes de atingir o objetivo fundamental de que as leis sejam conhecidas e respeitadas por seus destinatários, e feitas de acordo com a vontade popular.

Para isso, há certos desafios a serem enfrentados, como a necessidade de disseminar o conhecimento, tornando-o acessível a todos os cidadãos, independentemente de sua condição econômica ou de sua inserção territorial. Há também obstáculos a serem vencidos, como o divórcio aparente entre técnica e política, entre ética e poder, entre razão da autoridade e autoridade da razão.

As atividades pedagógicas da Assembléia, de que os Cadernos são um exemplo, materializam esse desejo de transformar o Parlamento em epicentro das investigações científicas de repercussão política.

Na presente edição, contamos com a colaboração de intelectuais de renome internacional.

O professor Claus Offe, da Humboldt University, de Berlim, demonstrou-nos sua preocupação em rediscutir o papel do Estado em tempos de crescente desemprego. A palestra, aqui transcrita na íntegra, abre este volume, colocando-nos três tendências macroestruturais, que ocorrem no mundo de hoje, a saber: a transição para a democracia, a globalização ("conceito excessivamente genérico", em suas próprias palavras) e o pós-modernismo.

Após esclarecer rapidamente esses três pontos, tenta responder duas questões fundamentais: quem são os agentes e quais são os centros de ação que podem ajudar-nos a lidar com essas tendências, transformando-as em resultados desejáveis. Perguntas atuais para um mundo a ser governado pelo mercado, pelo Estado e pelas comunidades.

O professor Ulrich Beck, da Universidade de Munique, relatou, em palestra na Escola do Legislativo, os riscos da sociedade contemporânea. Segundo ele, "na modernidade avançada, a produção social de riqueza implica sistematicamente a produção social de riscos". O professor critica o entendimento de que a racionalização seja um processo inexorável, em um "crescendo infinito", e também discorda daqueles que acolhem a teoria da modernização linear.

O professor Jorge Castañeda, intelectual ativo e militante, veio lançar um livro em Belo Horizonte e nos brindou com suas breves palavras sobre as diferenças entre o modelo de política praticado nos EUA — a Lei do Recall e da Accountability, por exemplo — e as especificidades históricas que governam há 500 anos a América Latina.

As seções fixas da revista foram bem apropriadas. A importância do pensamento de Hannah Arendt, na Teoria Política, é ressaltada por Nádia Souki, lembrando-nos que o Estado Totalitário, ou seja, a antidemocracia absoluta, ainda está em nossos calcanhares, em pleno século XX. Na Seção Legislativa, Marcílio França Castro, técnico da Casa, demonstra as várias possibilidades na elaboração de um texto legal. Em Documenta, os meses que antecederam o Golpe de 1964 servem de pano de fundo para compreendermos o que subjaz ao discurso parlamentar recolhido dos Anais da Assembléia.

A 13ª Legislatura sente-se honrada em encerrar suas atividades oferecendo ao público mineiro o resultado da presente edição.